

PORTUGAL PRECISA DE “UM GOVERNO QUE RESOLVA O PROBLEMA DAS BOLSAS E DO ALOJAMENTO” DOS ESTUDANTES



A ação social escolar e o alojamento dos estudantes do Ensino Superior foram dois temas que Rui Rio abordou com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), num encontro na terça-feira, 25 de junho, no Porto



pág. 4

PSD

SILVA PENEDA DEFENDE “UM GRANDE COMPROMISSO” NA SEGURANÇA SOCIAL

José Silva Peneda, coordenador para a área da Solidariedade do Conselho Estratégico Nacional (CEN), defende “um grande compromisso entre as forças políticas mais representativas” para resolver os problemas estruturais da Segurança Social



pág. 5

LOCAIS

PSD DE LISBOA EXIGE O FUNCIONAMENTO DAS URGÊNCIAS NAS MATERNIDADES DA CAPITAL

O PSD de Lisboa contesta o encerramento anunciado de urgências das maternidades em Lisboa entre julho e setembro, sublinhando que este é “precisamente o período do ano em que se registam mais nascimentos em Portugal”



pág. 8

REGIONAIS

GOVERNO REGIONAL PREJUDICA EMPRESÁRIOS DO TURISMO DA ILHA TERCEIRA

O PSD/Terceira considera que “as falhas claras da governação socialista” estão a prejudicar claramente “os empresários terceirenses, de uma forma geral, e particularmente, os que estão ligados ao turismo, dado o descontrolo absoluto que se vive ao nível das ligações aéreas e marítimas”



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

GOVERNAÇÃO COMPLEX

Para alguns há sempre explicação para tudo. Na governação, quando as coisas correm de feição, os resultados devem-se à ação expedita do Executivo; quando os fracassos se verificam, a culpa é sempre de terceiros. Nisso, o Governo é exímio e segue à risca um certo princípio da desresponsabilização ou da responsabilização alheia. Começa a tornar-se normal o Governo "sacudir a água do capote".

A secretária de Estado da Justiça, que a maior parte dos portugueses desconhece o nome, descobriu uma causa primordial para o degradante atendimento dos serviços de Registo e do Notariado, que ela própria tutela. Anabela Pedroso diz que a culpa das filas de espera e dos atrasos para tirar um simples documento de identificação é dos utentes. De facto, só por masoquismo é que os cidadãos se plantam junto das Lojas do Cidadão ainda antes de abrirem as portas! Quem os manda ir ainda antes da abertura dos serviços?

Do mesmo modo que dificilmente a secretária de Estado se deslocará pessoalmente para tirar o cartão de cidadão ou o passaporte, também não é crível que conheça a sensação de estar numa fila de espera e de correr o risco de já não serem disponibilizadas senhas imediatamente após a abertura das portas destes serviços. Melhor, passa-lhe ao lado. Como é que a secretária de Estado, com carreira profissional feita na administração pública, perante um problema desta dimensão, dá como explicação alucinada as filas de utentes melodramáticos e o aumento de procura desmedida? António Costa diz que a culpa é dos cidadãos. Eu diria que o problema é existirem cidadãos.

A secretária de Estado diz que a procura subiu 24% só na Grande Lisboa e, por isso, é normal que os utentes tenham de esperar e desesperar para obter um documento pessoal. O Governo está em negação com a realidade e quando se depara com dificuldades, envereda por soluções ou explicações fantasiosas, como já aconteceu, por exemplo, nos transportes, onde a CP, a Fertagus e a Metro do Porto retiram bancos para levarem mais passageiros. A renovação do cartão de cidadão pela via online pode aliviar o problema no curto prazo, mas será que o Governo tem noção do número de sucessivas greves durante os últimos quatro anos dos funcionários das conservatórias e registos e notariado?

O Governo socialista, que gosta tanto de falar no SIMPLEX, por tudo e por nada, está a deixar os serviços públicos em colapso. É um atendimento digno de países de terceiro mundo ou, na mesma linha de raciocínio, em modo COMPLEX. O Governo tem de ser julgado por este retrocesso dos serviços públicos, sem paralelo. Até parece que voltamos ao tempo em que se esperava três meses e mais, para obter o bilhete de identidade. Um Governo em fim de mandato não precisa de tirar senha para ser dispensado. Bem pode apontar o dedo para os cidadãos, mas tem sempre os outros quatro apontados na sua direção.

Rui Rio recebeu o Conselho de Reitores das Universidades

PORTUGAL PRE RESOLVA O PRO ALOJAMENTO"



A ação social escolar e o alojamento dos estudantes do Ensino Superior foram dois temas que Rui Rio abordou com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), num encontro, dia 25 de junho, no Porto. O Presidente do PSD defende que "o País tem de ter um Governo que resolva o problema das bolsas e do alojamento", de forma a evitar que nenhum jovem desista dos estudos por falta de financiamento. "Hoje há muitos estudantes que querem estudar e têm bons resultados, mas têm de abandonar o Ensino Superior. Isto deve-se ao problema do alojamento e às bolsas baixas. O País tem de ter um Governo que resolva este problema. Tem de haver mais alojamento para estudantes e bolsas maiores. As bolsas são despesas correntes, mas um investimento", afirmou Rui Rio.

O líder do PSD considera que "não é admissível num País desenvolvido ter um jovem que tem aproveitamento, que tem vontade, e não pode continuar porque não teve a felicidade de nascer numa família com meios financeiros". O aumento de apoios, nomeadamente o reforço de bolsas é uma questão que, para Rui Rio, está "subjacente no quadro macroeconómico" do programa político do PSD. "Esta semana vamos finalizar o quadro macroeconómico. Esta semana estará encerrado e vamos afinar as medidas de maior impacto no programa. O quadro é a base das nossas propostas. Não vamos fazer nenhuma proposta que não seja financeiramente sustentável. A questão das bolsas de estudo está subjacente", declarou.

Além da necessidade de reforço da Ação Social, Rui Rio lembra que o CRUP reclama uma reforma na lei de financiamento do Ensino Superior "no sentido de haver regras claras e transparência e adequar à atualidade". "No passado, a rigidez era muito grande. Hoje têm de se criar cursos novos para adaptar à exigência atual, às necessidades da sociedade e às exigências da economia e isto varia de região para região. Os senhores reitores querem regras transparentes e não opacas", resumiu.

ades Portuguesas

CISA DE “UM GOVERNO QUE BLEMA DAS BOLSAS E DO DOS ESTUDANTES



Nesta reunião, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) entregou ao líder do PSD a Agenda Política para o Ensino Superior, um documento que, entre outros aspetos, preconiza o aumento do valor das bolsas dos estudantes universitários, assim como o alargamento dos apoios sociais a mais alunos. O presidente do CRUP, Fontinha Fernandes, elogiou a “grande abertura do PSD para analisar as propostas” apresentadas pelo PSD.

Lei de Bases da Saúde: PSD está disponível para negociar em três áreas “em nome do interesse do País”

Rui Rio reafirma que o PSD está disponível para negociar em “três áreas da Lei de Bases da Saúde”, sempre “em nome do interesse do País”: na gestão e funcionamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nos direitos dos cidadãos e na saúde pública e bem-estar. “Agora, o PS disse publicamente que estaria disponível para visitar as votações no sentido de se conseguir uma Lei de Bases com maioria no Parlamento, neste caso com o PSD. Nós estivemos a fazer o levantamento do que foi reprovado no grupo de trabalho e estamos a comunicar ao PS que estamos disponíveis para visitar as votações em três áreas fundamentais”, observou.

Na gestão e o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), área na qual se incluem as Parcerias Público-Privadas, o Presidente sublinha que “as PPP são uma exceção”, mas “pode ser feito melhor e mais barato” e “não deve existir um tabu ideológico a impedir a qualidade no SNS”.

Os direitos dos cidadãos, bem como o capítulo da saúde pública e bem-estar devem igualmente sofrer ajustes, preservando a “coerência e unidade jurídica” da Lei de Bases da Saúde. “Se essa lei vier a ser votada favoravelmente, a Assembleia da

República tem depois de ajustar a coerência e a unidade jurídica da lei. É que houve tantos remendos que a lei esta carente de coerência. Não podemos correr o risco de o Presidente da República não poder promulgar a lei por esta não ter a qualidade que ela deve ter”, clarificou.

Até ao momento, garantiu Rui Rio, “não houve reunião nenhuma” com o Governo ou o PS, e o PSD vai “olhar ao essencial” nesta matéria. “Eu não vejo a política como as massas associativas do futebol, umas contra as outras. Vejo como uma atitude de colaboração de todos para o interesse público. (...) Não vejo outra atitude senão servir o País”, expressou.

Governo deita “foguetes ao ar” sobre excedente orçamental

Rui Rio considera que a reação do Governo aos números sobre o excedente orçamental é precipitada, pois limita-se a deitar “foguetes ao ar”, quando “até existem aspetos preocupantes”. “O excedente orçamental praticamente não tem significado. O que tem significado é aquilo com que vai fechar o exercício em 2019. O que está programado é que o défice público em 31 de dezembro de 2019 seja de 0,2%. O Governo deitou uns foguetes ao ar por um superavit no primeiro trimestre, mas o que interessa é a forma como o ano fecha”, referiu.

Rui Rio admite que “há todas as condições para [o Governo] chegar ao final do ano e cumprir o que está programado”, mas há sinais “preocupantes” que podem ser desvalorizados. “O ministro Mário Centeno justificou-se, mas não percebeu bem que na prática é preocupante o que está a dizer. Ele disse que há mais 31 mil funcionários públicos. Mas se os serviços estão degradados e há mais funcionários, isto até me deixa preocupado. Há aqui um défice de gestão grave quando os serviços públicos estão piores e o ministro das Finanças vem dizer que tem mais gente ao serviço”, alertou.

Conselho Superior do Ministério Público deve ser “mais transparente”

Rui Rio explicou aquela que é a sua “convicção profunda” sobre a composição do Conselho Superior do Ministério Público: “O Conselho Superior do Ministério Público deve ser democratizado, deve ser mais transparente e, nesse sentido, os magistrados do Ministério Público têm de estar presentes, mas em maioria tem de estar a sociedade, pessoas de fora do sistema, para evitar o corporativismo”.

De acordo com o Presidente do PSD, “o sistema de justiça não pode ser opaco, fechado sobre si próprio em que as avaliações são sempre muito boas ou excecionais e a sociedade tem de estar presente em maioria”.

No plano remuneratório, Rui Rio contesta o modelo “discriminatório” entre magistrados e as carreiras de toda a função pública. “Um professor do ensino secundário, por exemplo, que consiga chegar ao topo da carreira, aos 50 e tal anos, coisa que poucos conseguem, tem um filho com 20 e tal anos, que inicia a carreira de juiz, e o filho ganha mais que o pai. Eu não acho isso correto”.

Para o Presidente do PSD, “não é justo bater o pé” a outras profissões da administração pública – médicos, professores, agentes de segurança, forças armadas. “Ainda por cima aumentaram a componente nos salários que fica livre de IRS. Quem é que fica livre de IRS no salário?”, questionou.





Convenção do CEN dedicada à “Solidariedade e Sociedade de Bem-Estar”

SILVA PENEDA DEFENDE “UM GRANDE COMPROMISSO” NA SEGURANÇA SOCIAL

José Silva Peneda defende “um grande compromisso entre as forças políticas mais representativas” para resolver os problemas estruturais da Segurança Social. O coordenador para a área da Solidariedade do Conselho Estratégico Nacional (CEN) do PSD considera essencial encontrar outras formas de financiamento para a Segurança Social, que não apenas com origem no fator trabalho. “O pior que pode acontecer, tanto na política económica, como nas políticas sociais, é andar aos ziguezagues. É preciso estabilidade em algumas políticas e na área da Segurança Social é fundamental que haja um grande compromisso entre as forças políticas mais representativas”, afirmou.

José Silva Peneda, que falava em Aveiro, dia 22 de junho, numa Convenção do CEN dedicada à “Solidariedade e Sociedade de Bem-Estar”, insistiu numa cultura de compromisso para alcançar um entendimento numa área que, na sua opinião, deve ser objeto de uma reforma “incrementada” e “não abrupta”. “Nós temos uma cultura de compromisso e as nossas propostas não são propostas dogmáticas, no sentido de dizer que é isto ou nada. São propostas que visam contribuir para consensos e compromissos com outras forças políticas, para ajudar a resolver os problemas da Segurança Social e das desigualdades porque são problemas que uma força política, por mais poder que tenha, não os resolve”, disse.

O combate às desigualdades de rendimentos e territoriais foi outro dos temas a que Silva Peneda aludiu no final em declarações à imprensa e que foi debatido na convenção: “Não temos a ideia de que as desigualdades possam ser resolvidas com mais uma esmola, ou mais um subsídio”, acentuou.

O ex-Presidente do Conselho Económico e Social entende que o Estado e os governos devem dignificar a classe média. “Entendemos que o País não se pode desenvolver sem uma classe média forte e pujante e o reforço dessa classe média e só se faz combatendo a pobreza e fazendo com que o elevador social funcione”, declarou.

Esta Convenção insere-se num ciclo de sessões temáticas que o PSD tem vindo a realizar por todo o País, iniciativas abertas a militantes e simpatizantes, que contam com vários especialistas, e que visam “a definição de estratégias e políticas para a resolução dos problemas” que preocupam os portugueses.



PSD DE LISBOA EXIGE O FUNCIONAMENTO DAS URGÊNCIAS NAS MATERNIDADES DA CAPITAL

O PSD de Lisboa critica o encerramento anunciado de urgências das maternidades em Lisboa entre julho e setembro, sublinhando que este é “precisamente o período do ano em que se registam mais nascimentos em Portugal”. O PSD “lamenta o anunciado encerramento de urgências das maternidades na cidade de Lisboa (...) e exige celeridade na resposta do Ministério da Saúde para não pôr em risco a saúde das grávidas e dos bebés”, declara a Secção do PSD num comunicado enviado às redações.

“As grávidas e os bebés não podem ficar à espera das promessas eleitorais deste Governo. Precisam de resposta imediata e o PSD de Lisboa exige ao Governo que não encerre as urgências destas maternidades”, reage a concelha social-democrata.

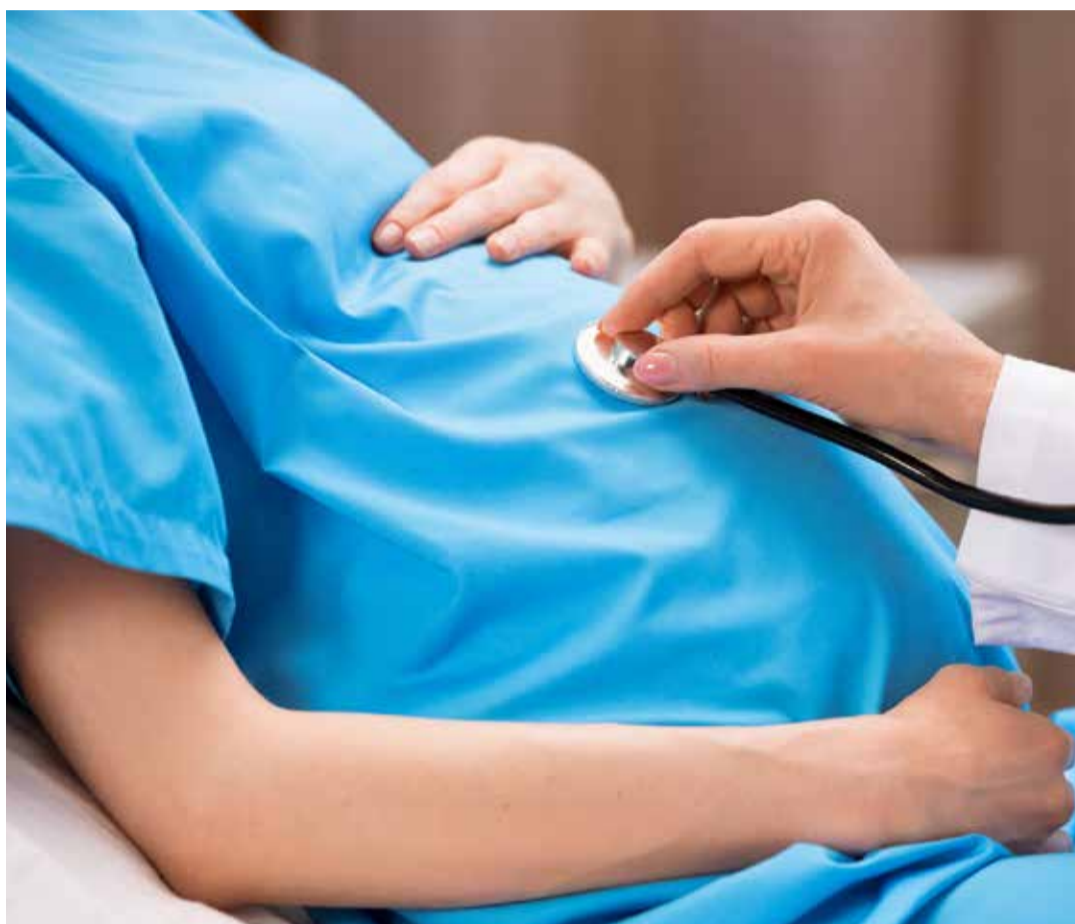
O PSD de Lisboa lembra ainda que estas maternidades de apoio perinatal diferenciado de Lisboa servem as grávidas da capital, “mas também grávidas da região sul que a elas recorrem ou que para elas são transferidas por se tratar de maternidades de referência e de ‘fim de linha’”.

O PSD de Lisboa aponta ainda para o facto de “há mais de dois anos” o Sindicato dos Médicos e a Ordem dos Médicos virem a alertar para a “falta de obstetras, neonatologistas, anestesiológicas e pediatras”, uma situação que “tem vindo a agravar-se”, sem que seja conhecida “qualquer medida concreta por parte deste Governo”.

“Este Governo, que não só nada fez para resolver o problema da falta de especialistas há muito conhecido, como ainda encerrou camas em várias destas maternidades e agora, fruto da sua impotência e incompetência vem propor o encerramento de urgências”, alerta.

“Com a maior receita fiscal de sempre, com o menor investimento na saúde de sempre, este governo está a pôr em causa a estabilidade do SNS e a empurrar as grávidas para o setor privado”, acusa o PSD, recomendando ao Governo, “menos propaganda e mais investimento no SNS”.

O PSD de Lisboa contesta assim o encerramento já anunciado, durante dois meses, dos blocos de partos dos hospitais de Santa Maria, São Francisco Xavier, Amadora-Sintra e Maternidade Alfredo da Costa.



CEN
CONSELHO ESTRATÉGICO
NACIONAL

CONVENÇÃO NACIONAL
INFRAESTRUTURAS E COESÃO TERRITORIAL

29 JUN | PORTO

SESSÃO DEBATE – CAPACITAÇÃO DIGITAL

DATA: 29 JUNHO (SÁBADO)

LOCAL: Hotel Sheraton – Rua do Ten. Valadim 146, 4100-476 Porto

PROGRAMA

10h00 Receção e credenciação dos participantes

10h15 **Abertura da sessão**
João Falcão e Cunha, *Coordenador Nacional da Secção ICT*

10h30 **Intervenção dos oradores**

12h15 **Debate**
Moderador: Vladimiro Feliz, *Porta-voz da Secção ICT*
Afonso Seixas Nunes, *Professor Universitário, Especialista em Direito Internacional Humanitário*
Ana Aguiar, *Professora Universitária, Especialista em redes de conectividade*
Gonçalo Cruz, *Engenheiro Industrial, Empreendedor*
Ana Sofia Carvalho, *Professora Universitária, Especialista em Bioética*
Luís Filipe Antunes, *Professor Universitário, Especialista em segurança informática, identidade digital, privacidade e proteção de dados*

13h00 **Encerramento da Sessão**

PSD VENCE ELEIÇÕES INTERCALARES PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ARGONCILHE

O PSD venceu as eleições intercalares na Junta de Argoncilhe, em Santa Maria da Feira, dia 23 de junho. Num universo de 7.432 eleitores, 50,1% de votantes, o resultado apurado foi assim de 1.604 votos para o PSD, 1.409 para o PS, 370 para o CDS-PP, 133 para o BE e 57 para a CDU. Os votos nulos foram 61 e os brancos 42.

Manuel Santos é assim reconduzido na presidência da Junta de Freguesia, para a qual já fora o mais votado nas autárquicas de 1 de outubro 2017, quando recebeu 1.880 dos 4.507 votos expressos.

Manuel Santos manifestou-se convicto de que a partir de agora “será mais fácil governar a freguesia porque os outros partidos vão ter que respeitar a decisão do povo, que voltou a escolher o PSD”.

A prioridade do renovado Executivo é agora “avançar com os contratos que não se podiam assinar” desde fevereiro, quando a freguesia ficou sob a gestão administrativa de uma comissão provisória, e concretizar intervenções como “o alargamento de ruas, a instalação de tapete betuminoso nas estradas e a melhoria da limpeza pública”.

Emídio Sousa, presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, também se mostrou satisfeito com “um resultado que confirma que o eleitorado da freguesia continua a querer o PSD à frente da Junta”.

PSD DE LEIRIA APONTA SOLUÇÕES PARA A DESPOLUIÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO LIS

O PSD e a JSD de Leiria realizaram, no dia 15 de junho, uma iniciativa de debate em torno da despoluição da bacia hidrográfica do rio Lis. Moderado pelo vereador e presidente do PSD de Leiria, Álvaro Madureira, este debate contou com a participação dos oradores Mário Oliveira, Presidente Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria (OIKOS), e David Neves, presidente da RECILIS – Tratamento e Valorização de Efluentes, S.A..

Mário Oliveira falou sobre a temática “A OIKOS e a Bacia Hidrográfica do Rio Lis – Uma relação com 30 anos”, tendo sublinhado importância dos diversos projetos desenvolvidos com vista à despoluição da bacia hidrográfica do rio Lis. Destacou, por exemplo, que em 1992 a OIKOS levou a efeito a análise da água em quinze pontos do rio Lis, altura em que havia uma grande preocupação pela existência de metais pesados, situação que foi sanada. Outra ação bastante relevante foi sobre a atividade das sucatas, que foram regulamentadas.

Foi efetuada uma análise especial à questão do tratamento de águas e à manutenção da vegetação ribeirinha cuja preservação assume extrema importância na manutenção da qualidade da água, como filtros biológicos, que fixam igualmente as margens e garantem a biodiversidade, e que não tem sido valorizada, verificando-se o corte dessa vegetação sem qualquer regra e ainda o avanço urbano sobre as margens.

O segundo orador, David Neves, presidente da RECILIS, explicou o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área da suinicultura com vista à despoluição do rio Lis, pelo que considera de extrema importância o debate deste tema para clarificar e desfazer mentiras. Leiria tem 384 explorações de suinicultura que aderiram ao projeto de despoluição, e representa uma produção de 750 mil animais por ano, que corresponde a 17,5% da produção nacional, e gera assim 227,5 M de euros por ano.

Explicou que a RECILIS, em termos práticos efetuou a georreferenciação das suiniculturas, o que permitiu localizar a origem das descargas para o rio Lis, tendo ainda efetuado a sensibilização dos suinicultores mediante contato pessoal, ao que acresce que elaboraram diversos projetos para a despoluição que não foram depois implementados devido à falta de medidas governamentais para o efeito.

David Neves apontou que o principal entrave aos planos de ação da RECILIS é a burocracia, ressaltando ainda que o setor tem andado ao sabor das “cores políticas” do Governo, o que causa alguma instabilidade. O presidente da RECILIS alerta, no entanto, que os esgotos da cidade já poluem mais que as suiniculturas, pelo que não pode sempre apontar-se a suinicultura como causa da poluição. Deixou ainda claro que o desenvolvimento económico não é incompatível com a preservação do meio ambiente, e que é necessário tomar medidas que harmonizem ambos.

Aberto o debate, registaram-se diversas intervenções do público, a destacar as intervenções de Pedro Patrício, em representação da associação Pró-Lis, do eng. Henrique Damásio, em representação da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis.

Os participantes questionaram os oradores sobre a rede separadora das águas pluviais dos esgotos. Recorde-se que toda a zona histórica de Leiria não possui sistema separativo de águas drenando em conjunto, a água da chuva, com as águas que vem das casas de banho, das cozinhas, dos restaurantes, dos cafés das zonas públicas e privadas para um único “caneiro” antigo e em más condições, com origem anterior a 1900. Assim, parte desta água contaminada, vai para tratamento, para a ETAR norte e quando é muita a pluviosidade, não há capacidade de escoamento e drena para o rio Lis.

Foi abordada a questão do impacto na região do aumento da exportação de carne, designadamente pela intensifica-



ção da produção suinícola, ao que David Neves explicou que a solução passa por manter na região a produção do leite e deslocalizar a engorda dos animais para outras zonas com capacidade de terrenos agrícolas para se efetuar o espalhamento dos efluentes suinícolas.

Alguns dos presentes abordaram ainda a questão do odor proveniente das suiniculturas ser uma preocupação crescente que afeta toda a região, ao que se conclui ser necessário a emissão controlada e uma prática bem-feita, com a cobertura de solo após o espalhamento que certamente irá reduzir esses odores.

Conclui-se ser uma questão de saúde pública, pelo que é necessário haver um maior conhecimento, envolver ainda mais as entidades da região, e ainda que seja feito um diagnóstico ainda mais pormenorizado, denunciar os problemas, acompanhada de mais fiscalização e que sejam assumidas responsabilidades.

Problemas detetados:

- Pelas análises sistemáticas efetuadas pela Associação OIKOS desde 1990, sobre a qualidade da água do rio Lis, constata-se uma melhoria na maioria dos troços do rio Lis, sendo os pontos problemáticos na ponte do Arrabalde, na cidade de Leiria e a jusante, junto à ponte das mestras. Na ribeira dos Milagres, verifica-se que melhoraram os resultados em relação aos anos anteriores.

- Elevada produção de efluentes suinícolas com a necessidade de tratamento eficiente e amigo do ambiente.

- Efluentes suinícolas utilizados em espalhamentos nos terrenos agrícolas, derivando daí impactes nas populações e no turismo, pelo odor e pelas pragas de moscas; saturação dos solos em compostos orgânicos e infiltração nos aquíferos subterrâneos.

- Zona antiga da cidade de Leiria sem sistema de separação de esgotos e da água da chuva. A população paga a preços exorbitantes, o tratamento da água da chuva que chega à ETAR, porque é esse custo global anual que determina o preço por metro cúbico que as famílias têm de pagar.

- A Câmara paga às Águas do Centro Litoral, o tratamento de milhares de metros cúbicos de água das chuvas, que por sua vez debita às pessoas nas suas contas (aumento do preço por metro cúbico de tratamento);

- O sistema de saneamento no concelho de Leiria apresenta falhas graves. Permite a entrada de água das chuvas no sistema. O caudal que entra na ETAR das Olhalvas e na ETAR norte, no Coimbrão, varia com a pluviosidade. A ETAR das Olhalvas, em Leiria, no ano de 2017 efetuou 2 descargas de emergência para o rio Lis e em 2018 efetuou 8 descargas de emergência.

- A má qualidade da água em alguns pontos do rio Lis, como na ponte do Arrabalde, na cidade de Leiria, é um caso de saúde pública.

O PSD de Leiria defende:

- Maior fiscalização por parte das entidades estatais: Agência Portuguesa do Ambiente (APA); ARH centro e SEPNA. Com identificação atempada dos poluidores das linhas de água;

- Fiscalização por parte da Câmara de Leiria, através dos SMAS, de ligações ilegais de efluentes que drenam diretamente para o rio;

- Opções políticas de menos investimento em festas e mais investimento estrutural na resolução dos graves problemas no saneamento da zona antiga da cidade, com a substituição do “caneiro de 1800”, que atualmente contribui para a poluição do rio e aumenta os custos no tratamento dos efluentes mistos.

- Ao Governo do PS que não adie mais, que passe das promessas e proceda à construção da ETES – Estação de tratamento de efluentes suinícolas e à sua gestão sustentável;

- Promoção da vegetação ripícola autóctone, como a plantação de amieiros, freixos, salgueiros e choupos, assim como a manutenção do leito ribeirinho com limpezas equilibradas em harmonia com os ecossistemas.



CÂMARA DAS CALDAS DA RAINHA REJEITA NOVAS COMPETÊNCIAS

A Câmara das Caldas da Rainha recusou aceitar competências nas áreas da educação e da saúde, mas aprovou a delegação das mesmas na Comunidade Intermunicipal do Oeste. A “falta de informação” e o facto de não estarem “reunidas as condições necessárias” foram os argumentos apresentados pelo presidente da Câmara das Caldas da Rainha, Fernando Tinta Ferreira, para “não aceitar competências” nas áreas da educação e da saúde.

No caso da saúde, a câmara tinha admitido em fevereiro vir a aceitar esta área se “fossem respondidas algumas questões sobre o financiamento”, condição que, segundo Tinta Ferreira, “não se verificou”.

A autarquia tinha questionado o Governo sobre as verbas a transferir para a manutenção dos elevadores (nos edifícios afetos à saúde) e para o pagamento do seguro de responsabilidade civil e acidentes pessoais dos trabalhadores do setor.

O executivo solicitou ainda que fosse clarificado se o Estado pretende entregar todo o edifício do centro de saúde ou se a transferência será parcial.

“Sem as respostas pedidas”, a deliberação do executivo foi no sentido de recusar, posição que foi na terça-feira à noite aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal (AM).

Já no que toca às competências a transferir para a Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCim), nas mesmas áreas e na área do transporte de passageiros em vias navegáveis, a proposta foi aprovada por maioria, com os votos contra do Bloco de Esquerda e da CDU.

A câmara das Caldas da Rainha tinha já recusado competências nas áreas da saúde animal e segurança dos alimentos e da cultura.

O Governo aprovou 23 diplomas setoriais no âmbito da lei-quadro da transferência de competências para autarquias e entidades intermunicipais, num processo gradual de descentralização entre 2019 e 2021, e enviou ao parlamento uma proposta de lei sobre segurança contra incêndios. Os 21 decretos já publicados transferem competências para municípios, nas praias, jogos de fortuna ou azar, vias de comunicação, justiça, bombeiros voluntários, atendimento ao cidadão, habitação, património, estacionamento, florestas, saúde animal e segurança dos alimentos, educação, cultura, saúde, policiamento, proteção civil, transportes em vias navegáveis interiores e áreas portuárias.

As entidades intermunicipais viram publicados os diplomas da descentralização na promoção turística e de fundos europeus e captação de investimento, podendo também assumir competências na justiça, bombeiros voluntários, educação, saúde e transportes em vias navegáveis interiores.

Diversos municípios têm rejeitado novas competências atribuídas pelo Governo, sobretudo quando as mesmas acarretam novos encargos para as autarquias, sem que o Governo as faça acompanhar de envelopes financeiros.



CEN
CONSELHO ESTRATÉGICO
NACIONAL

CONVENÇÃO NACIONAL
ECONOMIA, TRABALHO E INOVAÇÃO

29 JUN | LEIRIA

CONVENÇÃO TEMÁTICA ECONOMIA, TRABALHO E INOVAÇÃO DIA 29 DE JUNHO (SÁBADO)

LOCAL: NERLEI, Leiria

PROGRAMA

- 9h00** **Receção e credenciação dos participantes**
- 9h30** **A Economia, a Inovação e o Trabalho a nível nacional**
Prof. Luís Todo Bom, *Porta-voz da secção temática EIT do CEN*
- 10h00** **Intervenção dos Oradores**
Dr. António Cunha, *Coordenador Distrital Porto*
Dr. Bruno Moreira Rodrigues, *Vice-Coordenador Distrital Aveiro*
Dr. Carlos Almendra, *Coordenador Distrital Bragança*
- 11h30** **Coffee Break**
- 11h50** **Situação Atual e Perspetivas de Evolução da Economia Portuguesa**
Eng. Luís Mira Amaral, *ex-Ministro da Indústria e Professor Universitário*
- 13h00** **Almoço**
- 15h00** **Uma Agenda para a Competitividade de Portugal**
Prof. Rui Vinhas da Silva, *Coordenador da secção temática EIT do CEN*
- 15h30** **Intervenção dos Oradores**
Dr. Bruno Sousa, *Coordenador Distrital Leiria*
Dr. Carlos Faria, *Coordenador Distrital Castelo Branco*
Dr. Paulo Doce de Moura, *Coordenador Distrital Lisboa*
- 17h00** **Coffee Break**
- 17h20** **Encerramento**



GOVERNO REGIONAL PREJUDICA EMPRESÁRIOS DO TURISMO DA ILHA TERCEIRA

O PSD/Terceira considera que “as falhas claras da governação socialista” estão a prejudicar claramente “os empresários terceirenses, de uma forma geral, e particularmente os que estão ligados ao turismo, dado o descontrolo absoluto que se vive ao nível das ligações aéreas e marítimas”. “É o quarto mês consecutivo em que a Terceira regista uma perda de turistas, comprovada pelas estatísticas de abril que mostram quebras, face a abril do ano passado, de 11,5% no total das dormidas”, revela Mónica Seidi, vice-presidente dos social-democratas liderados por António Ventura.

“De janeiro a abril deste ano, registaram-se 610,8 mil dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, de turismo no espaço rural e de alojamento local nos Açores, um valor superior em 17,4% ao registado em igual período de 2018”, explica.

“Confirmando as lacunas graves ao nível das ligações aéreas, a que se junta o verdadeiro descalabro do início da operação sazonal da Atlânticoline, de janeiro a abril de 2019, a Terceira perdeu 16,8% do total de dormidas face ao ano anterior”, aponta social-democrata.

O PSD/Açores já pediu responsabilidades ao governo regional, que tutela a SATA e a Atlânticoline. “Prova-se, a cada mês que passa, que lidamos com modelos esgotados, e mal geridos por um governo também ele esgotado”, sublinha o PSD/Terceira, para quem “uma mudança nos Açores é urgente, e ela só poderá acontecer pelas mãos do PSD”.

“A promoção do destino Terceira não existe de forma eficaz, nem está direcionada aos mercados que nos interessam”, conclui Mónica Seidi, para quem “essa promoção não se faz apenas em feiras”, e pugnando pela criação “de sinergias entre várias entidades”.



PSD EXIGE “GARANTIAS” DE MELHORIA DO SERVIÇO DA SATA INTERNACIONAL NO FAIAL E PICO

O deputado do PSD/Açores, Luís Garcia, exige ao Governo Regional que dê “garantias” de melhoria do serviço da SATA Internacional no Faial e Pico, alegando que os problemas na operação da companhia para as duas ilhas “duram há cinco anos”.

“Apesar dos sucessivos cancelamentos ocorridos nas últimas semanas, os faialenses e os picoenses continuam sem receber uma palavra de confiança da parte do Governo Regional”, afirmou o social-democrata, na Comissão Parlamentar de Economia.

O parlamentar do PSD/Açores falava durante a audição, solicitada pelo partido, da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas sobre os diversos voos da SATA Internacional-Azores Airlines cancelados nas últimas duas semanas nas rotas Lisboa/Pico e Lisboa/Horta.

“Este é um problema que dura já há cinco anos. Todos os verões há problemas. O PSD/Açores exige que o Governo Regional dê garantias de melhoria do serviço da SATA Internacional nas ilhas do Faial e Pico”, disse.

De acordo com Luís Garcia, as populações do Faial e Pico “merecem muito mais, mas a Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas foi incapaz de dar quaisquer garantias”.

O deputado social-democrata alerta que, “se nada for feito, os cidadãos do Faial e Pico continuarão a ser afetados na sua mobilidade, ao mesmo tempo que os empresários ligados ao Turismo nestas duas serão prejudicados nos investimentos que fizeram”.



**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**

PSD
TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Cimeira Ibero-Americana



Primeiro-Ministro rejeita proposta argentina na defesa dos interesses dos nossos agricultores

página 6

Parlamento aprovou Orçamento de Estado

Manuela Ferreira Leite acusou socialistas de atitude negativa e irresponsável

página 5

Jornada de comentários em Portalegre

Deputados socialistas reunidos para tratar questões relacionadas com Educação e Centralização

página 3



Primeiro-Ministro na Aldeia da Luz

Valeu a pena a mudança

página 8

“Uma Maioria, um Projecto para Portugal”

Alguns querem colocar o diálogo como um obstáculo à decisão e não entenderam que somos de antes quebrar que torcer
- disse Durão Barroso

página 7

Na apresentação da Agência Portuguesa para o Investimento

Primeiro-Ministro diz que Portugal tem condições para daqui a sete anos ser um dos países mais atractivos do mundo para investir e trabalhar

página 11

Ministério da Educação prossegue com as reformas

Alteração do concurso dos professores permite colocação de todos até Agosto

- sindicatos e pais aplaudem a medida

página 12

Hoje em vigor o regime excepcional de regularização das dívidas ao fisco

O Ministério das Finanças anunciou que o regime excepcional de regularização das dívidas ao fisco entra hoje em vigor, depois da promulgação do Diploma do dia 13 do corrente. O referido Diploma prevê que os contribuintes que pagarem as dívidas ao fisco até ao final do ano serão dispensados do pagamento de juros de mora. Em disso, este regime “não prejudica a aplicação de regimes mais favoráveis, podendo os contribuintes antecipar o pagamento do todo ou parte da valor das prestações enquadradas noutros regimes, com o benefício de dispensa de juros proporcionalmente às prestações que anteciparem”. “Os contribuintes que não regularizem na totalidade a respectiva dívida fiscal or à segurança social poderão, ainda assim, beneficiar do regime previsto neste Diploma, proporcionalmente à parte que regularizarem até 31 de Dezembro de 2002”, revelou o Ministério das Finanças. O Diploma do regime excepcional de regularização foi publicado em Suplemento ao Diário da República ontem distribuído.

Edição n.º 1300 do “Povo Livre” | de 20 de novembro de 2002

“Cimeira Ibero-Americana: Primeiro-Ministro rejeita proposta argentina na defesa dos interesses dos nossos agricultores”. Durão Barroso deslocava-se à República Dominicana para participar na XII Cimeira Ibero-Americana, tendo garantido, no final dos trabalhos, que valorizava muito as relações entre Portugal e a América Latina, em especial com o Brasil”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais convocam-se os militantes da Assembleia da Área Metropolitana do Distrito de Lisboa, dotados de capacidade eleitoral ativa para os Órgãos Distritais, para, conforme a respetiva Secção de inscrição em que militam, reunirem nas Secções: Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, no próximo dia 09 de Novembro (sábado) de 2019 pelas 15h00, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único:

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
2. Eleição da Comissão Política Permanente Distrital
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
4. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira
5. Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Secções de Voto e Respetiva Localização:

Amadora - Sede sita na Av. 11 de Setembro, loja 16 A;

Azambuja - Sede sita na Av. Condes de Azambuja, nº 43 - Torre 1 - Loja 3;

Cascais - Hotel Baía - Passeio D. Luís I, Cascais;

Mafra - Sede sita - Rua do Arvoredo, Bloco B, cave, - Ericeira;

Lisboa - Hotel Sana Lisboa - Av. Fontes Pereira de Melo, 8, Lisboa;

Loures - Sede sita na Rua Diogo Cão, nº 2 Loja 4 - Parque Residencial do Almirante - Santo António dos Cavaleiros;

Odivelas - Sede sita na Rua Combatentes do Ultramar, nº 20 - B;

Oeiras - Sede sita na Av. Carolina Michaelis, loja 37 - Linda-a-Velha;

Sintra - Sede sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, 7 r/c, Portela de Sintra;

Vila Franca de Xira - Sede do PSD - Rua da Praia, nº 63

Notas:

1. As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger diretamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta para o efeito, naquele dia, até às 24h00.
2. As Listas de candidaturas dos delegados de Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respetivas Sedes.
3. As urnas estão abertas, em cada Secção, das 15h00 às 23h00.
4. Chama-se a atenção dos militantes e dos Presidentes das Assembleias de Secção para o facto de ser a presente eleição um ato complexo, contemplando o sufrágio universal e direto de quatro órgãos distritais, bem como dos delegados, pelo que deverão as Secções providenciar urnas para a realização da eleição simultânea dos diversos órgãos e dos delegados.

SECÇÕES

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amarante para reunir no dia 19 de julho (sexta-feira) de 2019, às 21H00, efetivas, na Sede concelhia de Amarante (edifício do Salto, Santa Luzia) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise, discussão e avaliação da situação política atual;
2. Discussão de outros assuntos de interesse para o partido.

CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Condeixa-a-Nova para reunir no próximo dia 12 de julho (sexta-feira) de 2019, pelas 19H00, na Sede Sita em Urbanização Nova Conimbriga, Lote B 19, R/C, 3150-230 Condeixa-a-Velha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2018;
3. Análise da situação política.

MIRA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Mira, para reunir no dia 10 de julho (quarta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede do Partido, sita nas Galerias de Mira, Av. 25 de Abril 1º andar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Eleições Legislativas;
4. Outros assuntos.

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Mourão, para reunir, no próximo dia 29 de julho (segunda-feira) de 2019, pelas 17H00, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 27, 7240-100 - Luz-Mourão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e Comissão Política de Secção;

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia da Secção, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas, para o ato eleitoral, entre as 17H00 e as 19H30. No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com quotas em dia.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 19 de julho (sexta-feira) de 2019, pelas 21H30, na sua Sede sita na Avenida dos Templários, 309 Dto, em Paços de Ferreira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos de interesse geral.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Seia, para reunião ordinária a realizar, no próximo dia 12 de julho (sexta-feira) de 2019, às 21H00 na Sala de Reuniões do Hotel Eurosol Seia Camelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHO

1. Informações
2. Análise às Eleições Europeias e preparação das Eleições Legislativas de 2019;
3. Análise da situação política local e nacional;
4. Outros assuntos de interesse geral do partido.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia da Secção de Setúbal, no dia 4 de julho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23, 1º Esq, em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

VILA FRANCA DE XIRA

De acordo com o disposto nos Estatutos do PSD, cumpre-me convocar os militantes da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia da Secção a realizar no dia 27 de junho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede concelhia de Vila Franca de Xira do PSD, sito na Rua da Praia nº 63, Vila Franca de Xira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e ratificação do relatório de contas referente ao ano de 2018;
2. Apresentação, discussão e aprovação do orçamento para 2019.

Nota: Por lapso deveria constar no Povo Livre de 19 de junho.

Núcleo de Paranhos

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia do Núcleo de Paranhos, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 4 de julho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede do Núcleo, sita na Rua do Campo Lindo, 63, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jdsd.pt

RECTIFICAÇÃO
CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro para reunir no dia 26 de Junho de 2019 (quarta-feira), pelas 21:00H, no Auditório da Junta de Freguesia de Argoncilhe, situado no Largo Joaquim da Silva Tavares, nº 9, em Argoncilhe, Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Eleição dos delegados da JSD Distrital da Aveiro à Assembleia Distrital do PSD Aveiro;
- 3 - Deliberar sobre a escolha de deputados da JSD Distrital de Aveiro nas próximas eleições legislativas;
- 4 - Análise da situação política.

Notas:

As listas e os nomes propostos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Aveiro, respeitando o cumprimento estatutário, na sede JSD Distrital, sita na rua Dom Manuel B. de Vasconcelos, n.º 28, Aradas, 3810-498 Aveiro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas entre as 21:00H e as 22h00.

Nota 2:

Esta convocatória é apenas dirigida aos presidentes de concelhia, pelo facto de que, até à presente data, não temos em nossa posse os contactos de todos os conselheiros. Pedimos, assim, o especial favor de transmitirem aos vossos conselheiros esta informação. No dia do Conselho Distrital faremos passar uma lista para que cada um dos conselheiros possa indicar o seu e-mail.

CONSELHO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO DE CASTELO
BRANCO

Nos termos do artigo 64.º dos Estatutos Nacionais da JSD, serve o presente para convocar Conselho Distrital de Castelo Branco da JSD, a ter lugar no dia 28 de julho, pelas 17h00, na sede do PSD Vila de Rei, sita na Rua Dr. Eduardo de Castro n.º 6, 6110-218 Vila de Rei, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD, nos termos da alínea d) do artigo 61.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata;

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado á Presidente da Mesa do Congresso, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede Distrital da JSD Castelo Branco, sita Rua da Amoreirinha, nº. 1 Castelo Branco, de acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD;

As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 19 horas;

ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 07 de Julho de 2019, pelas 14h30m, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Estrada Nª Senhora dos Covões, nº1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política local, distrital e nacional;
- 3 - Outros assuntos.

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Fronteira, para reunirem no próximo dia 28 de Julho de 2019, pelas 14 horas, na Junta de Freguesia de Fronteira, sita na Rua Frei Manuel Cardoso nº39, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da Concelhia da JSD de Fronteira.

Notas:

As eleições decorrem entre as 14:00H e as 17:00H. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD de Fronteira ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD de Fronteira.

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de Lagos, para reunir no dia 3 de Agosto de 2019, pelas 15h30, na sede do PSD Concelhio, sito na Rua Soeiro da Costa nº 48-50, freguesia de São Gonçalo de Lagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Concelhia de Lagos.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua Soeiro da Costa nº 48-50, na freguesia de São Gonçalo de Lagos, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá entre as 15h30 e as 16h30.

**RECTIFICAÇÃO
OEIRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Oeiras, para reunir no próximo dia 06 de Julho de 2019 (Sábado), pelas 17h30, na sede de Oeiras, sita no Largo Avião Lusitânia 15, 2780-203 Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política;

3 - Outros assuntos.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário a reunir no próximo dia 05 de Julho (Sexta-Feira) de 2019, pelas 21h na sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da actividade política;

2 - Informações e outros assuntos.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Valongo para reunir no próximo dia 29 de Julho de 2019 pelas 21h30 na sede do PSD de Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 880 - 4445-634 Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política da Concelhia da JSD de Valongo.

Notas:

O ato eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 23h30.

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral ou quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD de Valongo, sita na morada supra citada, respeitado as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

CONVENÇÃO TEMÁTICA DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DATA: 29 DE JUNHO

LOCAL: Hotel Roma, Avenida de Roma, 33, Lisboa

PROGRAMA

09.30-10.00 Receção e credenciação dos participantes

10.00-10.15 Boas Vindas

Maria da Graça Carvalho, *Coordenadora Nacional do CEN Ensino Superior, Ciência e Tecnologia*

10.15-11.45 Sessão 1

Ensino Superior para a próxima década

Professor João Gabriel Silva, *Professor da Universidade de Coimbra, ex-Reitor da Universidade de Coimbra*

Estratégias de Internacionalização da Ciência em Portugal

Professor Nuno Ferrand, *Diretor do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto*

Ética e Conhecimento

Professora Maria do Céu Patrão Neves, *Professora Catedrática de Ética, Universidade dos Açores*

Moderadora: Professora Margarida Mano, *Professora da Universidade de Coimbra e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD*

11.45-12.30 Sessão 2

Arquitetura, Arte e Ciência – o exemplo das Alterações Climáticas

Pedro Gadanho, *Diretor do MAAT Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia e ex-curador de arquitetura contemporânea do Museu de Arte Moderna, em Nova Iorque*

Filipa Roseta, *Porta-voz do CEN Ensino Superior e Ciência*

Moderadora: Professora Maria da Graça Carvalho, *Coordenadora Nacional do CEN Ensino Superior, Ciência e Tecnologia*

12.30-14.00 Almoço

14.00-16.15 Sessão 3

Apresentação dos trabalhos do CEN

Ensino Superior, incluindo Acesso ao Ensino Superior

Sebastião Feyo de Azevedo, *Professor Universitário, ex-Reitor Universidade do Porto*

José Ferreira Gomes, *Professor Universidade do Porto, ex-Secretário de Estado do Ensino Superior*

Comentários:

Professora Isabel Gil, *Reitora da Universidade Católica Portuguesa*

Professor Luís Vicente Ferreira, *ex-Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, Ciência e Inovação*

Professora Maria da Graça Carvalho, *Coordenadora Nacional do CEN Ensino Superior, Ciência e Tecnologia*

Comentários: Professora Arminda Alves, *Professora Catedrática da FEUP, Universidade do Porto e Diretora do LEPABE*

Manifesto para a Ciência: Professora Elvira Fortunato, *Vice-Reitora da Universidade Nova de Lisboa*

Sociedade Digital e Inteligência Artificial

Engenheiro Pedro Barbosa, *CEO da Play Growth*

Comentários:

Doutor João Pereira, *empresendedor e assessor do Grupo Parlamentar do PSD*

Engenheiro Ricardo Morgado, *co-founder da The Loop Company e ex Presidente da Associação Académica de Coimbra*

16.15-17.45 Apresentação do trabalho realizado pelos Grupos Descentralizados

17.45-18.00 Encerramento